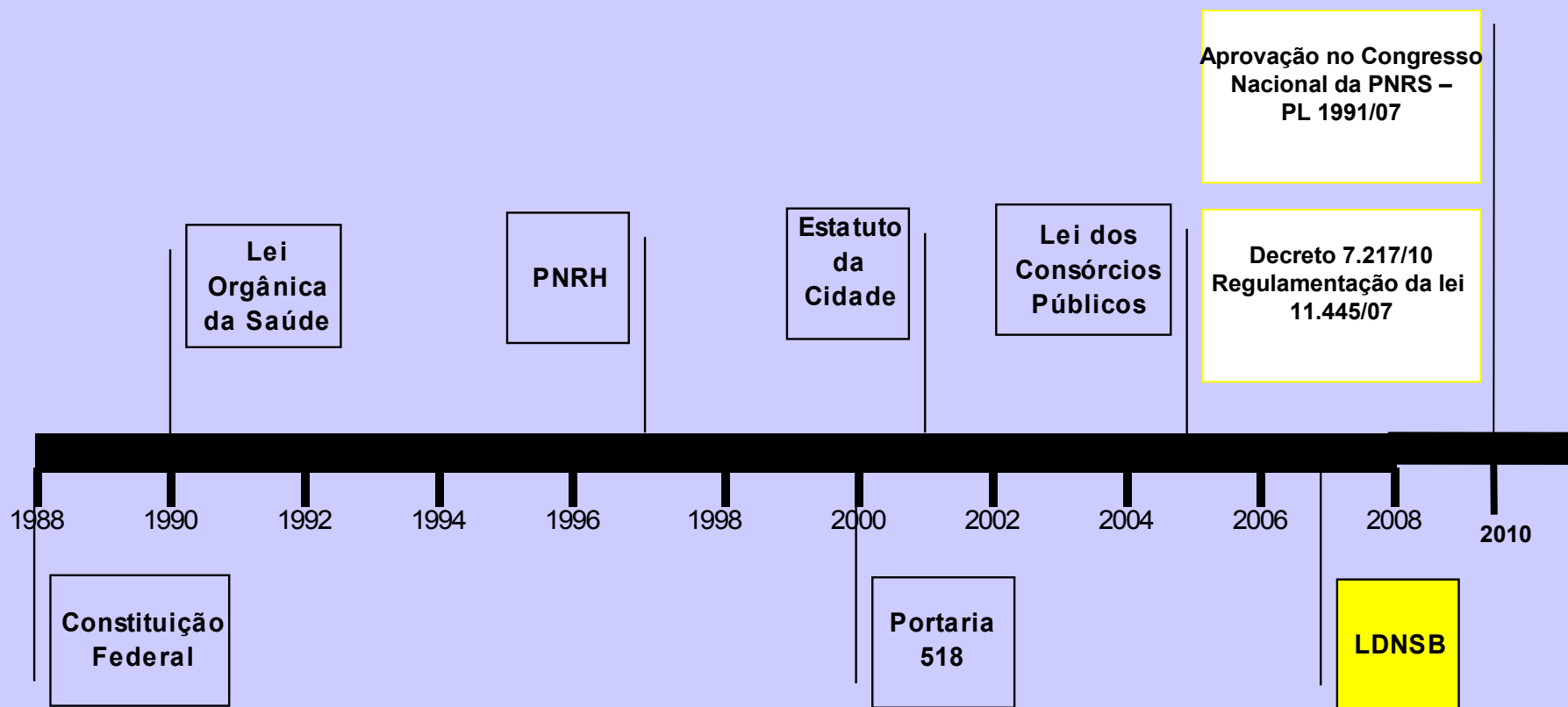


Plano Nacional de Saneamento Básico

**Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de
Resíduos - CONAMA
23/07/2010**

Contexto Legal - linha do tempo



Perspectivas: Revisão da Portaria 518 e publicação da PNRS – PL 1991/2007.

Fundamentos

- Art. 23 da CF 88 – Competência comum para implementar programas de saneamento básico
- Lei 11.445/2007 e Decreto 7.217/2010
 - Universalização;
 - Política Federal de Saneamento Básico;
 - Plano Nacional de Saneamento Básico (art. 52 da Lei e art. 57 do Decreto)
- Resolução Recomendada 62 do ConCidades de 03/12/2008
 - Pacto pelo Saneamento Básico.
- Decreto 6.942 de 19/08/2009
 - Biênio Brasileiro do Saneamento Básico – 2009/2010; e
 - GTI para coordenar a elaboração do Plano.

Plano Nacional de Saneamento Básico - PLAN SAB

Eixo central da ação do Governo Federal no cumprimento das 'Diretrizes' da Lei de Saneamento Básico

Premissas (art. 5º Dec. 6.942/2009)

- I - universalização do saneamento básico;
- II - integração de políticas;
- III - cooperação federativa;
- IV - melhoria da gestão dos serviços de saneamento; e
- V - controle social.

Conteúdo (Art. 52 da Lei 11.445/07)

- ✓ Objetivos e metas para a universalização;
- ✓ Diretrizes para o equacionamento de condicionantes;
- ✓ Definição de programas e fontes de financiamento;
- ✓ Sistema de avaliação da eficiência e da eficácia das ações.

Art. 48. Diretrizes:

Eqüidade social e territorial;

Desenvolvimento sustentável e eficácia;

Adequada regulação;

Qualidade de vida: Saúde e Ambiente;

Desenvolvimento urbano e regional;

Adoção de tecnologias apropriadas;

Planejamento e elegibilidade por fatores de renda, cobertura, urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

Bacia hidrográfica como unidade de referência;

Cooperação federativa.

* Articulação com **políticas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate a pobreza, proteção ambiental, saúde e outras.**

Art. 49. Objetivos:

Contribuir para a **redução das desigualdades regionais e a inclusão social;**

Priorizar as **populações de baixa renda;**

Atender **povos indígenas e tradicionais, populações rurais e núcleos isolados;**

Assegurar o maior **retorno social;**

Incentivar **mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização;**

Promover **alternativas de gestão: cooperação federativa;**

Promover o **desenvolvimento institucional;**

Fomentar **desenvolvimento científico e as tecnologias apropriadas;**

Minimizar os **impactos ambientais.**

Etapas da elaboração:

- 1 – Pacto pelo Saneamento Básico;**
- 2 – Panorama do Saneamento Básico no Brasil;**
- 3 – Elaboração do PLANSAB.**

PACTO PELO SANEAMENTO BÁSICO - Mais Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania

***Resolução Recomendada 62, de 3/12/2008
do Conselho das Cidades***

Documento de adesão e compromisso do Governo e da sociedade, por meio dos segmentos representados no Conselho das Cidades, em torno dos eixos e estratégias e do processo de elaboração do PLANSAB

Pacto pelo Saneamento Básico

Eixos:

- **Metas para a Universalização;**
- **Participação e Controle Social;**
- **Cooperação Federativa;**
- **Integração de Políticas;**
- **Gestão e Sustentabilidade.**

Panorama

Objetivo: *analisar a situação do Saneamento Básico enquanto política pública integrada, nos quatro componentes, em temas de caráter transversal e na articulação com políticas correlatas.*

Conteúdo:

PARTE 0 –**Marco Conceitual e Metodológico;**

PARTE I - **Visão Estratégica** para a política pública de Saneamento Básico nos próximos 20 anos;

PARTE II - **Diagnóstico Analítico** da situação do Saneamento Básico no Brasil;

PARTE III - **Cadernos Temáticos;**

Parte IV - **Versão Preliminar do Plansab.**

Equipe responsável:

DESA/UFMG: Léo Heller(Coordenador Geral) e Sonaly Rezende;

DEA/UFBA: Luiz Roberto Moraes e Patrícia Borja; e,

FAU/UFRJ: Ana Lúcia Britto.

Parte I - Fluxograma da Visão

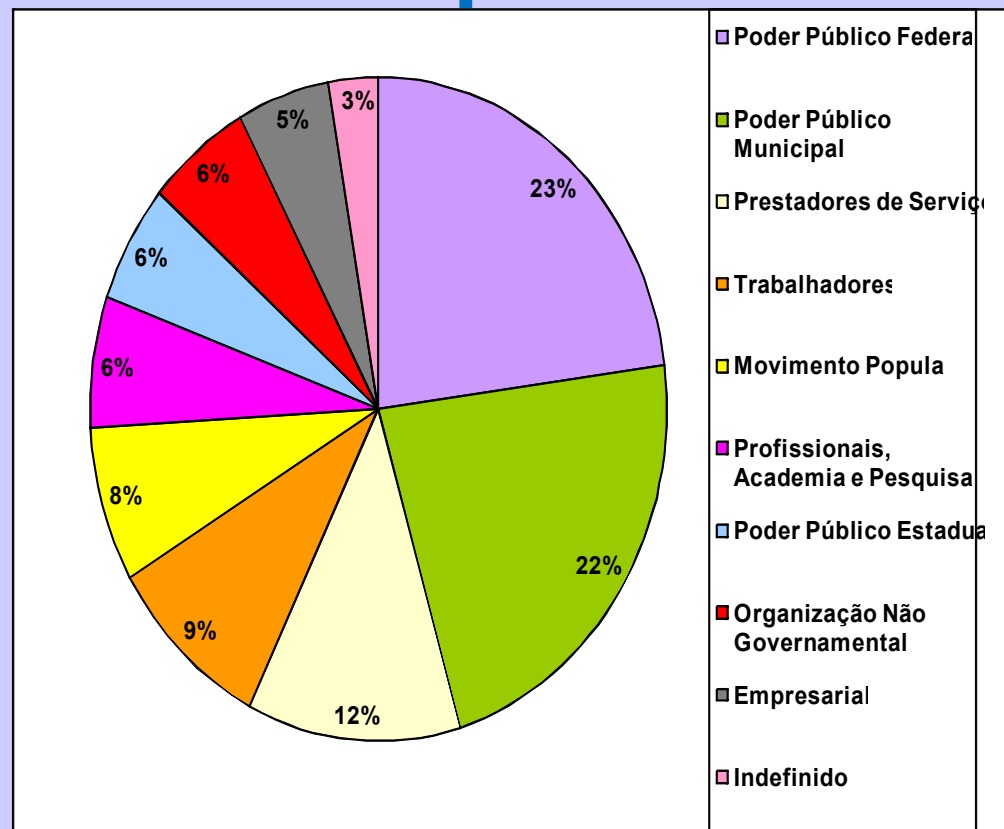
Estratégicas



Resumo da Participação nos Seminários Regionais

SEGMENTO	TOTAL	%
Poder Público Federal	115	23%
Poder Público Municipal	113	23%
Prestadores de Serviço	60	12%
Trabalhadores	46	9%
Movimento Popular	38	8%
Profissionais, Academia e Pesquisa	32	6%
Poder Público Estadual	29	6%
Organização Não Governamental	29	6%
Empresarial	26	5%
Indefinido	14	3%
Total	502	100%

502 Participantes



Cenários Plausíveis

CONDICIONANTES	HIPÓTESE 1	HIPÓTESE 2	HIPÓTESE 3
POLÍTICA MACROECONÔMICA	Elevado crescimento em relação à dívida/PIB	Política macroeconômica orientada para o controle da inflação	---
PAPEL DO ESTADO (Modelo de Desenvolvimento) / MARCO REGULATÓRIO / RELAÇÃO INTERFEDERATIVA	Estado provedor e condutor dos serviços públicos com forte cooperação entre os entes federativos	Redução do papel do Estado com privatização de funções essenciais e fraca cooperação entre os entes federativos	Estado mínimo com mudanças nas regras regulatórias e conflitos na relação interfederativa
GESTÃO, GERENCIAMENTO, ESTABILIDADE E CONTINUIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS / PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	Avanços na capacidade de gestão com continuidade entre mandatos	Políticas de estado contínuas e estáveis	Prevalência de políticas de governo
INVESTIMENTOS NO SETOR	Crescimento do patamar dos investimentos públicos submetidos ao controle social	Atual patamar de investimentos públicos distribuídos parcialmente com critérios de planejamento	Diminuição do atual patamar de investimentos públicos aplicados sem critérios
MATRIZ TECNOLÓGICA / DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS	Desenvolvimento de tecnologias apropriadas e ambientalmente sustentáveis	Adoção de tecnologias sustentáveis de forma dispersa	Soluções não compatíveis com as demandas e com as tendências internacionais
	1	2	3

1

2

3

Panorama

Parte II - Diagnóstico

- Estudo de cobertura, déficit e indicadores:
 - incluindo a discussão do conceito de cobertura e déficit em saneamento básico;
- Análise de programas e ações;
- Avaliação institucional e da gestão.

Parte III - Cadernos Temáticos

- 1) Universalidade, Integralidade e Equidade - Prof. Jairnilson Paim / UFBA
- 2) Territorialização - Prof. Antônio Carlos Robert Moraes / USP
- 3) Intersetorialidade e Transversalidade - Profa. Rose Marie Inojosa / UMAPAZ
- 4) Aspectos Econômicos - João Batista Peixoto / Consultor
- 5) Saneamento Rural, Indígena e de Comunidades Tradicionais - J. B. Teixeira / Cáritas
- 6) Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA) - Marcos Montenegro/Consultor
- 7) Desenvolvimento Tecnológico - Prof. Cícero Onofre de Andrade Neto / UFRN
- 8) Questão Metropolitana - Rosa Moura / Iparides (Paraná)
- 9) Gestão Democrática - Prof. José Esteban Castro / University of Newcastle
- 10) Desenvolvimento Institucional - Berenice Cordeiro / IPPUR/UFRJ
- 11) Capacitação Profissional - Ena Galvão / consultora
- 12) Experiências Internacionais e Parceria Público-Público - Dieter Wartchow / UFRGS

Parte IV - Estrutura da Versão Preliminar do PLANSAB

1. INTRODUÇÃO
2. BASES CONCEITUAIS
3. ANÁLISE SITUACIONAL DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL
 - Déficit em saneamento básico
 - Programas e ações do Governo Federal
 - Investimentos realizados pelo Governo Federal e
 - Avaliação político-institucional
1. CENÁRIOS DA POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO NO PAÍS EM 20
2. METAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS
3. NECESSIDADES DE INVESTIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO PLAN
4. MACRODIRETRIZES E ESTRATÉGIAS
5. PROGRAMAS
6. DIRETRIZES PARA O MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA

Agenda do PLANSAB cumprida

PRAZO

Subsídios - Debates com especialistas, avaliação de outros Planos

Abr-Jul/08

Definição de Diretrizes no C.T. Saneamento Ambiental - ConCidades

09/Jul/08

Constituição do GTI e do GA-CTSA: Definição do Projeto Estratégico
(Port. 462/08)

Jul-Set/08

Discussão e Aprovação do Pacto pelo Saneamento Básico
(Resolução Rec. 62/2008)

Out-Dez/08

Elaboração do Estudo 'Panorama do Saneamento Básico no Brasil'

Ago/09-
agosto/10

Seminários Regionais

Out-Nov/09

Etapa III - Elaboração do Plano

- PLANSAB:
 - Discussão da versão preliminar em consulta pública (*internet*), em Seminários Regionalizados e nos Conselhos;
 - Oficinas Temáticas; e,
 - Versão final do Plano para aprovação.
- Detalhamento de programas e ações;
- Sistema de monitoramento e avaliação do PLANSAB.

OBRIGADA!!!

Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

Ministério das Cidades

plansab@cidades.gov.br